



O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
**INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE
DO SUL**
20 anos do IHTGRS

*Fundado no Sesquicentenário
da Batalha do Seival*

Ano 2007 Bicentenário de Andrade Neves Nr 40

CANGUÇU, RS – SESQUICENTENÁRIO - 1857 - CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA MILITAR Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente do IHTGRS

1 - CANGUÇU ANTES DE 1857 – UMA RETROSPECTIVA

As terras de Canguçu, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, pertenciam à Espanha. E Portugal, ao fundar a Colônia do Sacramento em 1680, infringiu o Tratado de Tordesilhas, com base na infração do referido Tratado pelos espanhóis ao conquistarem as Filipinas.

Em 19 de agosto de 1737, o Rio Grande do Sul português foi fundado com o desembarque em Rio Grande da Expedição ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais. Este, a seguir, estendeu a conquista pelo litoral, até o Chuí e São Miguel, contrário ao estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Canguçu ainda era território espanhol e povoado pelos índios Tapes, originários de tapuias guaranizados.

Pelo Tratado de Madrid de 1750, Canguçu passou a ser português. Pelo referido Tratado, os Sete Povos das Missões passariam para Portugal, em troca da Colônia do Sacramento que passaria ao domínio de Espanha.

E de 1752 a 1754, teve lugar a Guerra Guaranítica, no Rio Grande do Sul, marcada pela revolta dos índios missioneiros, liderados por jesuítas, que se recusaram a deixar suas terras e transferir-se para a margem direita do rio Uruguai, forçados pelos exércitos demarcadores de Espanha e Portugal.

Na 2ª tentativa de penetrar nas Missões, remontando o Jacuí, foi criado em 1752 o Forte Jesus-Maria-José, origem de Rio Pardo, a primeira localidade portuguesa na Campanha. Ela foi a 2ª base militar portuguesa no Rio Grande do Sul. A 1ª foi Rio Grande. A partir daí, atravessando o território ocupado hoje por Canguçu, foi estabelecido um caminho de ligação destas duas bases. Caminho considerado o mais antigo do Rio Grande do Sul, segundo o General Paula Cidade. Em Canguçu, este caminho primitivo atravessava o Vao dos Prestes no Camaquã, dali atingia a Coxilha do Fogo, a seguir Canguçu atual e Morro Redondo atual. Daí descia até o rio Piratini, atravessava o São Gonçalo e depois atingia Povo Novo atual, e finalmente Rio Grande.

Na última expedição rumo as Missões foi criado o Forte São Gonçalo, na margem esquerda do rio Piratini, para proteção do Exército Demarcador de Portugal e, em especial, de sua linha de suprimentos e de comunicações, dos índios Tapes que habitavam a Serra dos Tapes, em Canguçu atual.

A demarcação do Tratado de Madrid fracassou! Os casais de açorianos que deviam ocupar as Missões se espalharam a partir do porto dos Casais (Porto Alegre atual) ao longo do rio Jacuí. Muitos descendentes desses casais povoaram Canguçu, Piratini, etc.

Em 1763 o governador de Buenos Aires, D. Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul. Antes dessa invasão, provenientes de Rio Pardo, a tropa de Dragões do Rio Grande, lá sediada, atravessou as terras de Canguçu para se dirigir além do Chuí e fundar a Fortaleza de Santa Tereza em território, então, de Portugal. Fortaleza construída precariamente sobre a areia e feita de faxina (cercas de pau a pique). Mas não puderam apresentar defesa compatível, face à desproporção das forças, e se rendeu Santa Tereza, ao comando do Cel Thomas Luiz Osório, um grande injustiçado de nossa História. Ceballos prosseguiu sem reação até Rio Grande, que fora abandonado por seu governador Eloy Madureira, que não ofereceu resistência ao invasor. E Ceballos atravessou o Sangradouro da Lagoa dos Patos e conquistou São José do Norte.

Casais de açorianos, que haviam se estabelecido entre Povo Novo atual e o canal São Gonçalo, buscaram proteção nas terras de Canguçu. Outros procuraram por ali atingir Rio Pardo.

Canguçu atual já havia iniciado a ser povoado de 1752 a 1762 no vale do Piratini, onde se estabelecera a Estância de Luiz Francisco Marques de Souza, próxima à Vila Freire.

Como resistência, as serras dos Tapes e do Erval foram transformadas em base de guerrilhas portuguesas. Em Canguçu elas foram lideradas por Rafael Pinto Bandeira, sendo que a finalidade era atacar estâncias espanholas e trazer para nosso lado o gado vacum e cavalos apreendidos que eram colocados nos campos de Canguçu, na bacia do rio Camaquã, conforme consta em mapa da época. Elas atuavam com esta diretriz estratégica, vinda do Rio. **“A guerra contra o invasor será feita em pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais elas sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gado vacum e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação.”**

Era o despertar da Guerra à Gaúcha, na qual as terras de Canguçu tiveram papel importante, com base nas que atuavam na Serra do Tapes e, em especial, na atual Coxilha do Fogo, então conhecida como a Encruzilhada do Duro e de onde eram lançadas patrulhas para a cobertura dos passos do rio Camaquã, o das Carretas, do Marinheiro, do Vao dos Prestes, (então Camaquam de Baixo), e o da Armada.

Em 1773/74, o governador de Buenos Aires, D. Vértiz y Salcedo, com forte Exército que os espanhóis denominavam de Armada, invadiu o Rio Grande do Sul pela Campanha. Estabeleceu próximo a Bagé atual, o forte de Santa Tecla. Sua intenção era destruir as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Erval e depois dominar todo o Rio Grande do Sul. Mas foi derrotado por estas guerrilhas e Dragões do Rio Grande em Santa Bárbara. E aí capturaram recursos logísticos, essenciais para Vertiz y Salcedo prosseguir, provenientes das Missões. A seguir, uma de suas duas colunas que marchavam separadas foi derrotada em Tabatingai (próximo de Pântano Grande) por Rafael Pinto Bandeira.

Chegando defronte ao Forte do Rio Pardo, Vertiz y Salcedo sentiu que seria derrotado se prosseguisse. Então decidiu retirar-se com sua Armada para Rio Grande, tendo atravessado as terras de Canguçu à partir do passo, desde então, da Armada, no rio Camaquã. Passo que levou este nome por nele Vertiz y Salcedo ter sido induzido a cruzá-lo por Rafael Pinto Bandeira, ao invés do passo Camaquã de Baixo, atual Vao dos Prestes. Travessia que Vertiz teve imensas dificuldades de cruzar tendo que, inclusive, construir uma passagem para passar seus canhões, sempre hostilizado pela guerrilha de Pinto Bandeira que o seguia e o hostilizava em sua retirada.

E por Canguçu atual a Armada do mexicano Governador Vértiz y Salcedo, Governador de Buenos Aires, passou com destino a Rio Grande, que a Espanha dominava há 10 anos.

Houve um plano do nosso Governador, Coronel Marcelino de Figueiredo, de atrair parte dos espanhóis para o corte do canal de São Gonçalo, para permitir um ataque a Rio Grande. Para isto, contaria com os guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e com os Dragões do Rio Pardo, do Cel Roncally, baseados em Canguçu, na antiga citada estância de Luiz Francisco Marques de Souza. O plano fracassou, mas expulsou os espanhóis de São José do Norte.

Em 1775 teve início a expulsão dos espanhóis de Rio Grande do Sul atual, que eles chegaram a dominar 2/3. Em 31 de outubro de 1775 foram expulsos do Forte São Martinho por Rafael Pinto Bandeira, acima de Santa Maria atual, forte que bloqueava o acesso português às Missões. Em março de 1776 Rafael Pinto Bandeira e Dragões vindos de Rio Pardo os expulsaram de Santa Tecla. E em 1º de abril de 1776, o poderoso Exército do Sul, concentrado em São José do Norte, reconquistou Rio Grande, há 13 anos dominada pelos espanhóis. Foi em 1º de abril, dia de São Francisco de Paula, nome inicial que seria dado a Pelotas, fundada por volta de 1780, a qual tem como padroeiro este santo.

Expulsos os espanhóis de Rio Grande, as terras de Pelotas e Canguçu foram liberadas ao povoamento. E por elas passaram Dragões de Rio Pardo que lutaram em Santa Tecla, com destino ao Taim, para ali resistir a outra pretendida invasão do General Ceballos. Passagem por Canguçu atual da qual o Major Patrício Correia da Câmara deixou circunstanciado relatório que publico na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**, Bagé, 2002.

Ceballos, agora Vice-Rei do Prata, com forte Esquadra e Armada (Exército) conquistou a ilha de Santa Catarina. Não conseguiu desembarcar em Rio Grande por ter sua Esquadra sido dispersada por ventos, mas conquistou em definitivo dos portugueses a Colônia Sacramento.

Os mais bem colocados vieram de Sacramento para São José do Norte, Rio Grande e Pelotas atual. E, entre estes, o menino Hipólito José da Costa, que se consagraria como o Patrono da Imprensa Brasileira. Os mais pobres, denominados Deslocados de Colônia, foram recolocados na Serra dos Tapes em pequenas propriedades.

Em seguida, a guerra terminou, com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, imposto pela Espanha a Portugal. Por ele as terras de Canguçu foram consagradas como de Portugal.

Em 1783, decorridos seis anos da expulsão dos espanhóis, Portugal criou a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, com sede em Canguçu Velho e cujas ruínas localizamos em 1972.

Em 1789, nova guerra se aproximava. Por medida de segurança acredito, a Real Feitoria foi transferida para São Leopoldo. E na fronteira com a Espanha, no vale do rio Piratini, foi fundada a Vila dos Casais, atual Piratini. Em Canguçu, a Real Feitoria produziu mais que em São Leopoldo. Antes, por volta de 1784, começou a ser demarcada a fronteira. O território entre o rio Piratini e Jaguarão estava indeciso a quem pertenceria.

Em mapa da época da Demarcação, de 1784, nas terras de Canguçu aparece só a referência a Cerro Partido, acidente geográfico importante que integra o nó orográfico onde nascem arroios que deságuam nos rios Piratini e Camaquã e na Lagoa dos Patos.

Em 1800, em face da guerra de 1801 que ameaçava eclodir, foi fundado Canguçu como Capela Curada e desestimulado o crescimento da área em torno da antiga sede da Real Feitoria, que passou a ser tratada de Canguçu-Velho, por ter sido criado Canguçu atual. Canguçu foi criado junto com Caçapava e Encruzilhada, municípios destinados a cobrir os caminhos de invasão espanhola ao Rio Grande do Sul.

Temia-se que Canguçu fosse atingida por invasão espanhola partida de Cerro Largo. E de Canguçu partir para reconquistar Rio Grande ou Rio Pardo. Este fora o caminho

usado por Rafael Pinto Bandeira, para invadir o Uruguai atual com suas guerrilhas, contornando as fortificações espanholas em Santa Tereza e Santa Tecla.

Em Canguçu, como fiscal de Capela, foi colocado o segundo em Comando da Legião de Cavalaria, o Ten Cel Jerônimo Xavier Azambuja, antigo guerrilheiro de Rafael Pinto Bandeira. Esta Legião era comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza. Este, como tenente, fora o guia do assalto à Vila de Rio Grande e era grande sesmeiro na região de Cerrito. Hoje é patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, por nossa proposta vitoriosa.

Em 1801 estourou a Guerra entre Portugal e Espanha. Moradores de Canguçu e Capela Curada participam da conquista do território entre os rios Piratini e Jaguarão e da conquista do território de Santa Vitória, então Campos Neutrais pelo Tratado de Santo Ildefonso. Merece destaque o Ajudante de Cavalaria Ligeira Francisco Soares Louzada, estancieiro em Canguçu, próximo ao Passo do Marinheiro, e que tinha descentes em Canguçu. Louzada era natural de Resende-RJ, então fundada.

Por esta época, portugueses de diversas origens no Brasil se estabeleceram na Capela Curada de Canguçu, o que foi levantado em estudos dos genealogistas Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka Neves e Alda Maria Morais Jacottet. Estudos de onde podemos saber o nome e origens dos ancestrais canguçuenses de muitas famílias, muitos vindos de terras ao norte de São José do Norte. Estas pesquisas, e mais a do genealogista Cairo Moreira Pinheiro, nos ajudaram a levantar minha genealogia em **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Mattos, Moreira e Bentos de Canguçu** publicada em 2006, sob a égide da ACANDHIS e que espero sirva de modelo a quem deseje levantar seus ancestrais.

Em 1812, Canguçu, junto com São Francisco de Paula (Pelotas atual), passou à condição de Freguesia.

Canguçuenses participam das Guerras contra Artigas de 1816 e 1820, cujos nomes não conseguimos apurar. A seguir participam da Guerra Cisplatina de 1825/28. E entre eles Joaquim Teixeira Nunes. Ao final desta guerra o Exército Brasileiro foi desmobilizado em Piratini, onde se fixaram os alferes Antonio Joaquim Bento (pai) e Vicente Ferrer de Almeida, com descendência em Canguçu. Antonio Joaquim era meu trisavô e pai de Antonio Joaquim Bento, o 1º professor régio para meninos do criado município de Canguçu.

A seguir, veio a Revolução Farroupilha, onde Canguçu teve grande destaque, omitido pela historiografia do Rio Grande do Sul, o que temos resgatado como ato de justiça na voz da História. Canguçu resistiu de 1835 a 1842, durante sete anos, as investidas imperiais que o reconheciam como “o distrito mais farrapo e de mais perigo de Piratini”. E em Canguçu foi a base, de 1842 até 1845, da Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Ten Cel Francisco Pedro de Abreu, Chico Pedro ou Moringue, que mandou construir uma cadeia que existiu até 1942 no local onde hoje se encontra o Teatro Municipal. E ele anunciava ironicamente que a havia construído “como uma casa de hóspedes para os farrapos”. Nela estiveram presos os coronéis farrapos José Mariano de Mattos, Joaquim Pedro Soares e Domingos José de Almeida. Jose Mariano presidira interinamente a República Rio-Grandense e em 1864 seria o Ministro da Guerra do Império. Joaquim Pedro era veterano em Portugal das lutas contra Napoleão. E Domingos José de Almeida foi o Ministro da Fazenda da República Rio Grandense.

Ao ser ocupado Canguçu pela Ala Esquerda do Exército Imperial teve fim a segurança que ela proporcionava a Piratini.

Em 1851-52 canguçuenses participam da Guerra Contra Oribe e Rosas e entre eles o Alferes Hipólito Pinto Ribeiro que foi elogiado pelo tenente coronel Manoel Luiz Osório por seu destaque como integrante de seu 2º Regimento de Cavalaria na batalha de Monte Caseros.

E em janeiro de 1857 foi criado o município de Canguçu, tendo como distrito Cerrito, que a Canguçu permaneceu vinculado por um século (1857-1957), ambos com destaque no combate de Seival em 10 de junho de 1836, que criou condições, no dia seguinte, para a Proclamação da República Riograndense, que durou quase 10 anos e que em 15 de novembro de 1889 inspiraria a Proclamação da República. Canguçu foi criado como o 22º município do Rio Grande do Sul, 120 anos depois da fundação do Rio Grande do Sul.

Assim procuramos, num grande esforço de síntese e de interpretação histórica, contribuir para a comemoração dos 150 anos do município de Canguçu, a qual não pude comparecer, como planejava, mas que nele sou representado por meu livro **Canguçu - reencontro com a História**, lançado dia 22 Jul, como nossa contribuição prestada em 50 anos de pesquisas aos 150 anos de Canguçu, e mais, pelos integrantes de nossa ACANDHIS, que desde 1988 me ajudaram nesta tarefa, a qual dediquei minha vida e realização maior como historiador militar brasileiro, por haver retirado a grossa camada de patina dos tempos que cobria a bela história de meu querido torrão natal.

II- CANGUÇU HÁ 150 ANOS, QUANDO DE SUA CRIAÇÃO COMO MUNICÍPIO

A Lei Provincial nº 340 de 28 de janeiro de 1857 criou o Município de Canguçu junto com o de Passo Fundo e acrescido do Distrito de Cerrito que pertencia a Piratini.

Canguçu foi o 22º município criado da então Província de São Pedro do Sul, em 27 de junho de 1857, pelo filho de Canguçu e então Presidente da Câmara de Piratini, o Comendador Manoel José Gomes de Freitas, lá nascido em 1811 e que foi o 1º historiador de Canguçu, cuja pesquisa serviu de base a João Simões Lopes para escrever o seu Bosquejo Histórico de Canguçu, em 1912, no centenário da Freguesia, na **Revista do Centenário de Pelotas** nº 12.

Sabe-se hoje que o município de Canguçu foi criado por gestões do herói e veterano de várias guerras e simbolista farrapo Bernardo Pires, com ilustre descendência em Canguçu, originários de Ciro Matos Moreira e Leão dos Santos Terres, os quais casaram com netas do herói farrapo citado, que biografamos a pedido de seu bisneto Major Ângelo Pires Moreira em 1971 em **Símbolos do Rio Grande do Sul**, pela Univ. Federal Rural de PE, bem como nas edições do **Diário Popular** de Pelotas, em sua coluna Querência em 3,10,17, e 24Jan71.

Gestões de Bernardo Pires junto ao Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, que presidiu a Província de 28/abril de 1856 a 8 de março de 1857 por cerca de 11 meses. Jerônimo fora o Ministro da Guerra ao final da Revolução Farroupilha. Era filho de Santa Catarina, e considerado o fundador da sua imprensa em 1831. Considero-o Pai da Engenharia Civil no Brasil.

Para administrar o município foram enviados para Canguçu os seguintes funcionários com tradição farroupilha: Vicente Ferrer Almeida, natural de Lavras, que lutou na Guerra Cisplatina no Exército Brasileiro, como alferes, ao lado de seu mais tarde cunhado Antônio Joaquim Bento (pai). Desmobilizados em Piratini em 1828 com a pacificação da Guerra Cisplatina com a Independência do Uruguai, eles ali casaram com duas irmãs Mattos de Guimarães, filhas de José de Mattos de Guimarães, português nascido em Guimarães e que construiu o primeiro moinho em Piratini e sua primeira igreja em 1812, a qual seria a que ali existiu durante a Revolução Farroupilha, no local da atual. Vicente Ferrer de Almeida deixou descendência em Canguçu. Eram seus netos os irmãos Francisco Almeida (Chico Almeida), Samuel Almeida (Pinho) e Alteçor Almeida, avô de nosso ilustre ex-prefeito Odilon Almeida Mesko e presidente de Honra da ACANDHIS por duas vezes.

Como professor régio para meninos do recém criado município de Canguçu foi nomeado, pelo presidente da Província, Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, mais tarde Visconde de Sinimbu, natural de Alagoas, o jovem professor Antônio Joaquim Bento (filho), por volta de 1855, e que seria o primeiro professor de Canguçu, criado em 1857. Neste ano, chegou à cidade, como Secretário da Câmara de Vereadores, Vicente Ferrer de Almeida, casado com a tia e madrinha de Antônio, irmã de sua mãe, Cecília de Mattos Guimarães Bento.

Antônio Joaquim (filho) nascera em Pelotas em 1835 e seu pai seria o primeiro professor de Alegrete, nomeado pelos farrapos, segundo o jornal **O Povo**.

Estudamos José de Mattos Guimarães, nosso tetravô paterno, e Serafim José da Silveira, nosso trisavô materno, em plaqueta sob a égide da ACANDHIS e IHTRGS em 2000, com o título: **Piratini, um sagrado símbolo gaúcho farrapo**.

Como primeiro funcionário da Justiça chegou José Ignácio Moreira, genro do citado Serafim José Silveira, Juiz de Paz que presidira a Câmara de Piratini por um tempo durante a Revolução Farroupilha, a qual, em realidade foi o Poder Legislativo da República Rio Grandense. José Ignácio e Pedro Moreira eram filhos de José Ignácio Moreira (pai), natural do Sul de Minas e que exerceu o cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes de todo o Rio Grande do Sul, menos da Jurisdição de P. Alegre. José Ignácio (filho), chegou a Canguçu com os filhos menores, entre eles Franklin Máximo, Carlos Norberto e Enéas Gonzaga Moreira, que tiveram em Canguçu atuação comunitária relevante. José Ignácio trazia experiência administrativa como secretário que fora do Ministro do Interior e Justiça Cel José Pinheiro de Ulhoa Cintra, natural de S. João D'el Rei, MG, também secretário de Bento Gonçalves da Silva e redator de seus manifestos e discursos. É possível que seu secretário José Ignácio participasse de alguma forma deste encargo. Em Canguçu, José Ignácio deixou enorme descendência, resultado do casamento de 5 filhos e filhas com cinco filhos e filhas do Ten Cel Théophilo de Souza Matos, vereador que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai e cujos interesses em Canguçu deixou a cargo de seu amigo Prof. Antônio Joaquim Bento, o seu vice-provedor das irmandades existentes na Igreja N. S. da Conceição.

Cairo Moreira Pinheiro levantou a genealogia dos Mattos e Moreiras de Canguçu e nós completamos esta genealogia com os Bentos sob o título **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Moreiras, Mattos e Bentos de Canguçu**.

Em matéria de genealogia de famílias canguçuenses nossa terra tem sido privilegiada através de trabalhos notáveis de Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka Guittes Neves e de Alda Maria Morais Jaccottet, e também de Cairo Moreira Pinheiro.

Da 1ª Câmara de Canguçu pouco restou da memória de seus integrantes e somente pouco de Manoel de Jesus Vasques, uruguaio e comerciante, ligado à família Terres, cujo nome primitivo era Terra, como Maria Terra, mãe do mais tarde Cel Leão Silveira Terres, e que foi o primeiro intendente eleito de Canguçu. Desde cinco anos antes da criação de Canguçu seus filhos já eram batizados na pia batismal construída em 1851 pelo francês Marcelino Tolosan, seis anos depois da pacificação farroupilha.

Ao ser instalado o município de Canguçu, a vila possuía 458 habitantes, 42 casas térreas e 2 sobrados. O primeiro era na rua da Igreja ao lado da casa onde funcionou a Câmara de Canguçu e, com a Proclamação da República, a Intendência (até 1901), por cerca de 10 anos. O outro sobrado era no local onde funciona hoje a Câmara de Vereadores. Sobrado que foi consumido por um incêndio na noite de 13 de fevereiro de 1952 quando eu cursava o 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre. E participei ativamente das medidas de prevenção, para que não se alastrasse aos prédios vizinhos. No outro dia percorremos Canguçu recolhendo recursos para comprar novas

ferramentas para um marceneiro da família Coutinho que havia perdido as suas, devoradas pelo incêndio. Recordo que entregamos a coleta ao Dr. Walter de Oliveira Prestes, pai dos acadêmicos Newton e Ione Prestes que havia sugerido a mim e a outros jovens aquela iniciativa.

A Câmara de Canguçu recebeu da Assembléia da Província a seguinte verba, num total de três contos e 40 mil réis assim distribuídos:

400 mil réis para pagar o Secretário Vicente Ferrer de Almeida; 200 mil réis para pagar o fiscal da vila; 150 mil réis para pagar o fiscal da vila de Cerrito; 200 mil réis para pagar o porteiro da Câmara; 200 mil réis para pagar o Guarda Municipal; 300 mil réis para pagar o aluguel da Câmara; 150 mil réis para pagar a limpeza da vila; 300 mil réis para mobiliar a Câmara e material de expediente; 300 mil réis para consertos das ruas e estradas.

Um conto de réis equivalia a mil mil réis, palavra difícil de pronunciar.

Canguçu, distrito subordinado a Rio Grande passara, junto com Cerrito, a integrar o enorme município de Piratini, criado em 15Nov1830 e instalado em 7 de junho de 1832.

O município de Piratini era enorme e assim permaneceu durante toda a Revolução Farroupilha até 1846, com a criação do município de Bagé pelo presidente da Província Barão de Caxias, hoje patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, que fundei em 1996 e a presido, e editora do livro sobre Canguçu que lancei como contribuição aos seus 150 anos.

A Piratini passaram a pertencer as terras limitadas ao Sul pelos atuais arroios Candiota, Taquara e Santa Maria. Ao Norte pelo rio Camaquã. A Oeste pelos arroios Piraí e Camaquã Chico e a Leste pelo município de Pelotas. Piratini, ao ser criado, faziam parte dele os distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé (até o Piraí). Bagé foi distrito de Piratini por cerca de 16 anos (até 1846) e Canguçu por cerca de 27 anos, até 1857.

No interior do enorme território de Piratini durante a Revolução Farroupilha existem, hoje, os municípios de Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra e Bagé.

Canguçu era considerado “o distrito mais farrapo e de mais perigo para os imperiais.

E sua contribuição à República Rio Grandense foi expressiva, mas que aos poucos mergulhou no esquecimento, o que temos procurado resgatar.

Bagé, durante a Revolução Farroupilha foi abandonada por insegurança, só restando duas senhoras que lá moravam.

Piratini teve sua segurança mantida graças a Canguçu, que resistiu ao domínio imperial durante sete anos (de 1835 a 1842), quando na vila de Canguçu se estabeleceu a Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Tenente Coronel Francisco Pedro Brusque de Abreu (Chico Pedro ou Moringue), que usou Canguçu como sua base de operações. E isto foi esquecido pela memória histórica de Canguçu.

Em 10 de junho de 1836 ocorreu no município de Piratini a maior vitória farrapa em Seival seguida, no dia seguinte, da Proclamação da República Rio Grandense em Campo do Menezes, ainda em Piratini. E qual a tropa deste grande feito? Foi a Divisão Liberal de Antonio Netto, resultado da transformação do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, integrada por piratinienses de seus distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé, mais o distrito sede de Piratini com ¼ de Guardas Nacionais de cada distrito e mais os Lanceiros Negros farrapos, que se celebrizaram ao comando do canguçuense Cel Joaquim Teixeira Nunes, considerado a maior lança farrapa. Esta glória foi esquecida!

Em Seival e Campo dos Menezes surgiu a idéia de República, conquistada só em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da Republica, na qual Canguçu se insere com destaque em seus primórdios. Esta é a verdade histórica esquecida!

Esta é, pois, a verdade histórica relacionada com Canguçu, como outras tantas que mergulharam no esquecimento comunitário, e que levei 50 anos para resgatá-las, por estarem sob uma grossa camada de pátina dos tempos, onde jaziam sepultadas como se nunca tivessem acontecido. E o resultado deste esforço, reforçado em 1988 por sócios da ACANDHIS, é o nosso livro **Canguçu, reencontro com a História – um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Livro cheio de fatos relevantes das histórias regional, estadual, nacional e internacional que tiveram as terras de Canguçu como cenário, mas que haviam mergulhado no esquecimento.

Este livro me liberou daquela desagradável sensação de menino, mas com a alma e vocação de historiador, de haver nascido num lugar sem História, onde não havia acontecido nada de expressivo em Canguçu que se projetasse na historiografia regional, estadual, nacional e internacional o que provei sem procedência. E creio que o momento histórico de Canguçu é oportuno para que seus filhos interessados e que amam a sua terra natal, como seus filhos ali nascidos ou adotivos, que absorvam as lições contidas em meu livro e passem a proclamar, em contato com não canguçuenses de outras comunidades as glórias de nossa comunidade na construção do Rio Grande do Sul e do Brasil, na paz e na guerra.

Desenvolver a memória histórica é um dever do Estado e no caso do Governo do Município.

A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DE PORTO ALEGRE E A PENICILINA

Pelo membro da AHIMTB/IHTRGS Major Dentista Hélio Ricardo Alves, recentemente falecido

O médico bacteriologista inglês Alexander Fleming, desde 1928, já havia observado, acidentalmente, que uma cultura de estafilococos sucumbia na presença de bactérias. Evoluindo as experiências, denominou de penicilina o produto de sua descoberta, capaz de combater infecções, mesmo que fosse altamente diluída. Fleming tratou de descrever no ***Journal of Experimental Pathology***, em 1929, os resultados do sensacional achado. A penicilina, que todos conhecemos, custou a ser comercializada. O sensacional antibiótico, não tóxico, chegou a P. Alegre, em forma de publicações, talvez em 1940, ao conhecimento do biólogo Dr. Nemoto (hoje nome de rua no 4º distrito), um japonês de grande prestígio no Departamento Estadual de Saúde do Estado do RS.

O Dr. Nemoto desenvolveu a penicilina e cedeu um frasco com 100 unidades ao 1º tenente médico da EPC Dr. José Corrêa de Barros, seu amigo, para que fizesse um uso adequado e lhe relatasse o resultado. O Dr. Barros mandou chamar um soldado do contingente que estava com blenorragia e que estava iniciando um tratamento com sulfanilamida.

Na ocasião, eu desenvolvia na EPC as funções de monitor de Educação Física, massagista desportivo, encarregado do serviço de fisioterapia e concorria na escala de enfermeiro. Talvez por aquelas multi-habilidades, eu fui escolhido para fazer as injeções do desconhecido produto, diluído em água destilada ou em soro fisiológico. A potência da penicilina era de 100 unidades, fracionadas em doses de 3 em 3 horas, para manter um concentração constante.

Surpreendentemente, em 48 horas, o paciente já não sentia as dores terríveis que sofre um infectado pelo gonococo ao urinar.

O Dr. Nemoto soube do excelente resultado daquele que seria o medicamento milagroso do século XX e que foi a causa do prêmio Nobel de Medicina, concedido a Fleming em 1945.

Eu, na ocasião, cumpri simplesmente a minha tarefa, mas hoje sinto-me orgulhoso de haver sido, talvez, o primeiro a aplicar a penicilina no Brasil, e justamente na velha Enfermaria da EPC.

Fica aqui minha homenagem ao Dr. Nemoto.

X-x-x-x-x-X

E a ti, prezado amigo Hélio, a homenagem da AHIMTB/IHTRGS pelas inestimáveis contribuições à história, principalmente a de Porto Alegre. Que estejas bem, junto a Deus, e que Ele nos proteja a todos.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Cel Delegado e Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS
Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara/RS